

O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR EM DEFESA DO TERRITÓRIO: um estudo sobre a resistência das mulheres camponesas junto ao avanço do agronegócio

Gabriella Leite de Barros¹

Gabriela Siqueira Ho²

RESUMO:

A pesquisa analisa o feminismo camponês popular como resistência nas comunidades rurais, investigando o papel das mulheres camponesas na defesa do território contra os impactos do agronegócio. O objetivo foi entender a luta política dessas mulheres, por meio de revisão bibliográfica a fim de mapear e analisar os debates teóricos e empíricos sobre o tema. Constatou-se que o território simboliza resistência, cultura e autonomia, e a luta das mulheres camponesas promove sustentabilidade, soberania alimentar, e justiça socioambiental, de gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Feminismo camponês popular; Defesa do território; Mulheres camponesas.

ABSTRACT:

The research analyzes popular peasant feminism as resistance in rural communities, investigating the role of rural women in defending the territory against the impacts of agribusiness. The aim was to understand their political struggle of these women through a literature review in order to map and analyze theoretical and empirical debates on the subject. It was found that territory symbolizes resistance, culture, and autonomy, and the struggle of rural women promotes sustainability, food sovereignty, and socio-environmental, gender, class, and racial justice.

Keywords: Popular peasant feminism; Territory defense; Rural women.

¹ Mestranda em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FDRP/USP. Integrante do Grupos de Pesquisa em Direito Antidiscriminatório e Marginalizações Sociais na Amazônia-UFAM/CNPq.

² Mestranda em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo-FDRP/USP.

1 INTRODUÇÃO

O artigo aborda o feminismo camponês popular, vertente ou corrente feminista que emerge como uma das expressões mais essenciais de resistência atualmente, especialmente no contexto das comunidades rurais que enfrentam desafios relacionados à defesa dos territórios. A atuação das mulheres camponesas, que historicamente desempenharam papéis centrais na organização da produção e da vida nas áreas rurais, pode assumir, no contexto atual, uma dimensão estratégica na luta contra as ameaças que seus territórios sofrem. As mulheres do campo, que tradicionalmente se veem em relações hierarquizantes tanto no âmbito doméstico quanto na política rural, vêm se destacando como protagonistas na luta pela terra, resistência à destruição ambiental e resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo agrocapitalismo.

A importância dessa luta é acentuada por um cenário global marcado por crises climáticas, avanço do neoliberalismo e uma crescente onda de privatização e destruição das áreas de cultivo. Nesse cenário, a pesquisa se justifica diante do fato de que as mulheres camponesas não são colocadas como somente vítimas dessas transformações, mas agentes ativas que têm se organizado para resistir ao avanço do agronegócio e proteger suas terras, suas famílias e organizar outras maneiras de vivência. O protagonismo feminino nessa seara não pode ser ignorado, especialmente considerando a intensificação dos debates midiáticos e políticos sobre o meio ambiente e a justiça social. A análise da atuação dessas mulheres é, portanto, fundamental para compreender o papel simbólico da resistência feminina e sua relação direta com a defesa do território.

O feminismo camponês popular surge, assim, como uma resposta direta às condições de opressão e exploração a que essas mulheres estão submetidas no campo. Ao longo do trabalho, pode-se buscar sua origem e construção histórica. Sua atuação vai além da luta por direitos de gênero, se entrelaçando com questões mais amplas de justiça ambiental, classe, resistência às estruturas e ao modo de produção e valorização dos saberes tradicionais que sustentam a vida rural. Este movimento é emblemático, em razão de visar a reconstrução das relações de poder no campo, destacando a importância de uma perspectiva decolonial e ecológica na luta pela terra e pela vida.

A presente pesquisa busca investigar as práticas e estratégias de resistência adotadas por essas mulheres no contexto contemporâneo. Em um cenário marcado pela intensificação da pressão do agronegócio e pelos impactos das crises ambientais, é urgente compreender como

essas mulheres têm se posicionado e organizado contra a violência no campo, a destruição ambiental e os impactos do modelo agroindustrial. A questão central que orienta e problematiza o presente estudo é: de que maneira as mulheres camponesas atuam como símbolos de resistência no contexto da defesa de seus territórios, especialmente construindo estratégias frente aos impactos do modelo agroindustrial?

O objetivo geral da pesquisa é analisar as formas de resistência das mulheres camponesas frente ao avanço do agronegócio, destacando sua atuação como agentes de resistência política e sua relação com a defesa do território. Para isso, foram delineados objetivos específicos que buscam identificar as principais estratégias de resistência dessas mulheres no cenário atual; compreender o papel dessas mulheres como protagonistas de resistência; e examinar como suas práticas de resistência se articulam com outras lutas sociais e políticas no Brasil contemporâneo, particularmente na defesa do território.

A metodologia utilizada compreende a revisão bibliográfica, com o intuito de mapear e analisar as principais discussões teóricas e empíricas sobre o feminismo camponês popular, a resistência das mulheres no campo e a relação entre gênero, território e agroindústria. A pesquisa visa contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre o protagonismo das mulheres camponesas na defesa da terra e na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento imposto pela lógica neoliberal e agrocapitalista.

Ao trazer à tona a luta dessas mulheres, este estudo pretendeu, ainda, ressaltar o impacto das estratégias de resistência na preservação ambiental, na valorização dos modos de vida tradicionais e na articulação de novos horizontes de justiça social no campo.

2 PARA ENTENDER O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: UMA ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES DAS MULHERES CAMPELINAS

O intuito desse capítulo do trabalho é se debruçar sobre o cerne das questões que se quer apontar, no sentido de abordar o problema de pesquisa como diretamente ligado ao resultado de relações hierarquizantes, estruturais e estruturantes entre homens e mulheres. É entender, portanto, que as autoras, a partir dessa seção citadas, convergem para a compreensão de que há a incidência da discriminação e opressão contra o feminino como produto de um sistema que se construiu e se perpetua no patriarcalismo e no capitalismo.

Em primeiro, Silvia Federici, em “Calibã e a Bruxa” (2017), revela, a partir de uma análise da historicidade feminina, que a discriminação e a desigualdade em relação às mulheres no mundo atual, isto é, na sociabilidade capitalista, não é uma herança do mundo “pré-moderno”, mas sim própria de uma formação do modo de produção capitalista, construído sobre diferenças sexuais existentes e (re)construído para cumprir novas funções sociais. Tem-se o surgimento da propriedade privada e seus posteriores desdobramentos econômicos, sociais e jurídicos como principal, mas não único, ponto de partida para a análise das relações entre homens e mulheres.

O “Calibã e a Bruxa” (2017) faz uma análise profunda sobre o trabalho doméstico, seja remunerado e não remunerado, afirmando não ser possível este ser considerado um remanescente do passado, que não desempenhasse nenhuma função na organização capitalista do trabalho ou, ainda, que a subordinação das mulheres aos homens pudesse ser atribuída à exclusão das mulheres da denominada “produção socialmente necessária” do capitalismo. O trabalho doméstico não remunerado das mulheres se tornou um dos principais pilares da produção capitalista, pois é este o trabalho que reproduz força de trabalho, e ainda se constitui mão de obra barata. A autora quis demonstrar que uma das razões da subordinação aos homens no capitalismo foi a não remuneração das mulheres. Não há, dessa forma, a razão para argumentar a favor da natureza dita “improdutiva” do trabalho doméstico, sendo a dominação masculina também baseada no poder que o salário confere aos homens.

Neste ínterim, quanto ao objeto da pesquisa que ora se trata, a obra acima enunciada em muito é fundamental para compreender a construção da desigualdade entre homens e mulheres, levando em consideração o processo histórico pelos quais relações estruturais foram firmadas. O fator de colonização do continente americano, a expulsão do campesinato europeu e seus “bens comuns” e o processo pelo qual o proletariado foi transformado em uma máquina de trabalho, resulta, para Silvia Federici, no fato de que as mulheres produziram e reproduzem a principal mercadoria do sistema capitalista: a força de trabalho. Portanto, a transição do feudalismo para o capitalismo colocou as mulheres em um patamar de sofrimento através de um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital.

Heleieth Saffioti enuncia um estudo sobre o que compete ao Brasil – um estudo que envolve o capitalismo subdesenvolvido. A partir disso, a noção das dificuldades femininas no

Sul Global³ é construída. A obra "A mulher na sociedade de classes: mito e realidade" é a representação do pioneirismo da discussão sobre feminismo de corrente crítica no Brasil. Saffioti, de forma inovadora dentro dos debates do feminismo no Brasil, contribui com a percepção de que o sexo/gênero enquanto categoria social e também a raça se articulam de maneira estrutural com as relações de classe na dinâmica da desigualdade social.

Outrossim, em outro momento, a pensadora aponta que gênero não se resume a uma categoria de análise, mas é, também, uma categoria histórica que em sua definição se insere vários elementos como os símbolos culturais, as organizações e instituições sociais, o que chama de gramática sexual, as relações entre os sujeitos, dentre outros fatores. A ampla perspectiva de Saffioti é fundamental para trabalhar a pesquisa com visão crítica e consciente da realidade do que já foi e do que ainda é o “ser mulher” no Brasil (SAFFIOTI, 2013).

A dominação masculina deve passar pelo conceito de patriarcado, que compreende a estrutura de dominação-exploração sobre as mulheres de maneira a favorecer os homens de modo sistemático. O patriarcado não se trata de relação privada, e sim civil, ou seja, até mesmo legitimada em termos jurídico-sociais. Além disso, dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Configura tipo hierárquico de relação. Ademais, corporifica-se. Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015).

É parte da vida de todas as mulheres, ora sobretudo das mulheres camponesas, a sujeição à vida doméstica, em que lhe é atribuído estruturalmente o verbo “cuidar”, constituindo duplas e até mesmo triplas jornadas de trabalho, tendo em vista sua produção agroecológica, sua vida doméstica e vida maternal. Apesar de existir a autonomia feminina não só quanto seus direitos sociais e políticos no Estado Democrático de Direito, mas também de reunir-se em grupos organizados para discutir demandas, a autonomia não se faz materialmente presente.

O livro de Davis, “Mulheres, Raça e Classe” (2016), refaz o caminho das mulheres pretas a fim de demonstrar que o ponto de partida de que qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. Dessa maneira, trabalha-se com o ideal de que, ao sistema, as mulheres racializadas eram, antes de tudo, força de trabalho compulsório, bem como unidades de trabalho lucrativas. Ao passo que à mulher branca foi reservado o espaço doméstico para a exploração, isto é, diferentes

³ O conceito de Sul Global, conforme Gonzalez (1983), refere-se às regiões do mundo historicamente colonizadas e marginalizadas, como a América Latina e África. Ele abrange não apenas a dimensão geográfica, mas também a realidade social, econômica e política das populações oprimidas, marcadas pelo legado do colonialismo e pelo racismo estrutural.

marcadores sociais regendo a categoria “mulher” que, na bem da verdade, deve ser enxergada como “mulheres”.

Diante do exposto, vislumbram-se separações de demandas das mulheres brancas e mulheres negras, por toda historicidade de pontos divergentes em relação à exploração e à incidência do patriarcalismo sobre elas. Nas palavras de Angela Davis (2016), as funções de “faxineiras” e “administradoras” da casa não eram conferidas de forma absoluta a elas, e sim a responsabilidade de proteger a saúde da família e de sua comunidade. Era comum, para tanto, que fossem incumbidas de colher ervas para remédios, a fim de que atuassem como enfermeiras, médicas e parteiras de sua região.

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), o contexto brasileiro se baseia em uma cultura racista e sexista, em razão de colocar a mulher negra em uma posição de sujeição, inclusive, através de mecanismos linguísticos, aduzindo a um discurso de efeitos colonialistas, a exemplo dos termos “mulata” e “mestiça”. Há, ainda, o fenômeno da sexualização que incide de forma diferenciada sobre as mulheres pretas de países colonizados, a partir do ideário construído sobre o corpo da mulher racializada a partir do que se entende por “miscigenação” em razão da herança genética e cultural dos europeus.

O feminismo camponês popular, portanto, é uma vertente do feminismo que surgiu no contexto das mulheres do campo, tendo como foco a luta pela autonomia das mulheres rurais, com o objetivo de valorizar o papel delas na produção agrícola e na construção da economia rural. Ele busca não apenas a igualdade de gênero, mas também a superação das condições de opressão estruturais que envolvem a classe trabalhadora rural, a pobreza, o racismo e a desigualdade social. O feminismo camponês popular denuncia a exploração econômica e a violência de gênero, que são muitas vezes naturalizadas em comunidades rurais, e defende um sistema mais justo e igualitário para todas as mulheres, independentemente de sua origem social ou geográfica (CHEHAB; CARVALHO, 2020).

Sua justificativa, dessa forma, está enraizada na necessidade de criar uma articulação entre a luta de classe e a luta de gênero, tendo em vista que as mulheres camponesas enfrentam um duplo sistema de opressão. Nesse sentido, o movimento busca enfatizar que a emancipação das mulheres do campo não pode ser vista de forma isolada, mas deve ser tratada dentro de um projeto mais amplo de transformação social, que envolva a luta por justiça econômica, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais igualitária, onde as mulheres tenham o poder de decisão sobre suas vidas e territórios (CHEHAB; CARVALHO, 2020).

As vulnerabilidades do grupo de mulheres apresentadas descrevem, em suma, a complexidade do objeto de pesquisa tratado. O feminismo camponês popular é formado em razão das consequências que as dinâmicas hierarquizantes de gênero provocam nas mulheres camponesas. Parte significativa das raízes da discriminação contra mulheres é resultado do sistema objetificante e excludente que compreende os múltiplos fenômenos e necessita de estratégias.

3 AS MULHERES CAMPESINAS E SEU PAPEL NA AGROECOLOGIA: A DEFESA DOS TERRITÓRIOS COMO PRINCÍPIO

Compreende a agroecologia a aplicação de princípios e conceitos ecológicos ao desenho e manejo de agrossistemas sustentáveis, de maneira a proporcionar uma valorização da complexidade dos agrossistemas em geral. Para tanto, o método agroecológico baseia-se em melhorar a qualidade do solo para que sejam produzidas plantas fortes e saudáveis, ao mesmo tempo que se impede a proliferação de pragas, como insetos e doenças. O intuito, desta forma, é promover organismos benéficos em relação à diversificação do agrossistema, gerando consequências propícias para o campo social (ALTIERI, 2010).

Dessa forma, vislumbram-se camponeses de países latino-americanos como atores-chave para a segurança alimentar das pequenas regiões, na medida em que garantem a soberania alimentar popular. Em acordo com Altieri (2010), mesmo que a sabedoria convencional das grandes empresas e do agronegócio julgue e dissemine as pequenas explorações agrícolas como atrasadas em relação ao desenvolvimento para a sociedade acerca da produção de alimentos, mostra-se através das investigações quantitativas que as pequenas fazendas agrícolas são mais produtivas que as grandes explorações se considerar-se o parâmetro de produção total, ao invés da produção por única colheita.

Neste ínterim, os conhecimentos tradicionais dos pequenos agricultores é guardião de elevada porcentagem no fornecimento mundial de alimentos e, mais, são mantenedores de uma cultura e prática política de valorização à biodiversidade, uso eficiente da terra e proteção à soberania alimentar (ALTIERI, 2010). Construir fortes economias rurais no Sul Global baseadas na agricultura produtiva em pequena escala é fazer com que as famílias trabalhadoras do campo permaneçam crescendo sem abandonar suas perspectivas de vida.

A cosmovisão indígena e das pessoas do campo contribui para a modificação da relação entre a natureza e o pensamento ocidente dominante. Todavia, esses grupos constituem-se os mais ameaçados no que tange às mudanças climáticas e demais problemas ambientais, apesar de suas estratégias de subsistência perante as dificuldades ambientais. A sugerida modificação social, por parte desses grupos, de transformar o sistema de produção orgânica a fim de que tenha um impacto duradouro e saudável, é parte do objetivo de aumentar os níveis de capital natural, humano, financeiro, físico e demais searas nas comunidades agrícolas (ALTIERI, 2010).

Ao permanecer a produção de alimentos de qualidade na mão dos pequenos agricultores e agricultoras, acredita-se que a saúde, o sustento e o emprego da população estarão protegidos, bem como o meio ambiente. Os movimentos sociais advogam pelo ideal de desmonte ao complexo agroalimentar que, de maneira brutal, desconstrói a alternativa agroecológica. A oposição ao controle corporativo do consumo e da produção é fundamental, à vista do Movimento Sem Terra e de grupos que lutam pelo acesso democrático e justa distribuição de alimentos.

Em relação às mulheres camponesas e seu papel na prosperidade da agroecologia, é notória a participação ativa desde o fortalecimento da agroecologia na década de 80 no Brasil. Diante de problemas ambientais e sociais aparentes à época com a implantação da Revolução Verde, o desenvolvimento da agroecologia a partir da criação de Organizações Não Governamentais (ONGs), deu-se com as mulheres do campo atuando como protagonistas na luta pela sustentabilidade (BASSANESI, 2022).

É a percepção dessa falta de identidade e reconhecimento que o processo de tomada de consciência, a partir das ações coletivas, que vai reconstruindo o imaginário dessas mulheres no que tange aos lugares que elas devem ocupar. Visa-se reconhecimento quanto ao papel fundamental para o funcionamento não só da produção agroecológica, mas do trabalho no cenário nacional. As mulheres do campo constituem-se as primeiras a desempenhar as ações coletivas e iniciativas de luta. Elas, em sua maioria, que estão presentes advogando por melhores condições ambientais e sociais. Deve-se ter em mente que a agricultura em geral é tida historicamente como uma criação das mulheres coletoras em razão de suas observações de germinação e semeadura que facilitou a reprodução dos alimentos (BASSANESI *apud* EISLER, 2022).

Como já abordado, Federici (2017) expõe que o conhecimento das mulheres da Idade Média sobre as ervas, plantas, natureza e corpo fez com que elas fossem demonizadas e socialmente julgadas. Ocorre que, na verdade, tal cuidado e conhecimento adveio da observação atenta de ciclos naturais. Essa relação de proximidade das mulheres com a natureza é comumente usada para dominá-las, no sentido de reforçar estereótipos patriarcais (BASSANESI, 2022). A “economia solidária” construída pelas camponesas se refere também ao trabalho milenar realizado de produção em quintais e hortas que não necessariamente gera uma renda de forma direta a essas mulheres, mas o alimento por elas produzido deixa de ser comprado em grandes centros (BASSANESI, 2022). É nas hortas e quintas que as mulheres vão trocando experiências e aprendem a cultivar. Trocam-se saberes, mudas, vivências e saberes ressignificados.

Ainda, é preciso mencionar o fato de que as mulheres são responsáveis pela produção dos principais alimentos básicos do mundo, como arroz e milho. Os relatos da Via Campesina aduzem que a agricultura em cenário global depende das mãos femininas, fundamentalmente no combate à fome, já que as mulheres proporcionam, através da distribuição, o consumo de alimentos de qualidade em áreas rurais. Ademais, são elas as responsáveis pela coordenação da produção dos quintais, isto é, dos espaços que garantem o sustento imediato da família campesina (DA SILVA, DA COSTA MATOS, 2014).

Todavia, dentro do modo de produção capitalista, o trabalho feminino das mulheres camponesas continua a ser invisibilizado, já que as funções atinentes ao cuidado, tanto na esfera familiar, quanto na esfera pública, resultam na subjugação da mulher como incapaz, sendo interpretadas como meras “ajudantes” da produção, e não como sujeitas ativas. O capitalismo sempre buscou fortalecer lucros se apossando dos recursos naturais. Os efeitos colaterais recaem, sempre, nos grupos étnicos minoritários do Sul Global. Não há como se pensar aqui em uma política reformista de combate a desestabilização ecológica, sem pensar em um novo modelo societário que vise, principalmente, a libertação de todas as formas de exploração e opressão, objeto de estudo do feminismo camponês popular.

A defesa do território, dessa forma, é um princípio para as mulheres do campo, em razão de estar diretamente ligada à preservação de suas vidas, culturas e modos de produção. Para essas mulheres, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um lugar onde se encontram suas raízes, suas práticas agrícolas e de cuidado, e o lugar onde garantem sua sobrevivência e de suas famílias. A luta pelo território é também uma forma de resistência à

expropriação das terras, à grilagem e aos impactos de projetos que buscam privatizar ou destruir os espaços rurais. Nesse contexto, o território se torna um símbolo de autonomia, onde as mulheres podem exercer seu poder de decisão, preservar suas tradições e garantir o acesso a direitos básicos sem serem deslocadas por modelos de desenvolvimento que não atendem às suas necessidades, conforme ver-se-á a seguir.

4 TERRAS EM DISPUTA: O AGRONEGÓCIO E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES CAMPESINAS

O século XXI tem sido caracterizado por um crescimento significativo na demanda global por terras, o que tem gerado uma nova dinâmica geopolítica de expropriação e disputas territoriais, além de intensificar a concentração e capitalização fundiária.

Assim, a demanda global por terras entra em conflito com a histórica luta por reforma agrária, disputando um recurso finito e provocando o aumento dos preços, além de encarecer as políticas públicas de acesso à terra. Outrossim, os investimentos no setor fundiário aumentam a concentração da produção agropecuária em poucas commodities, o que favorece os monopólios na produção de alimentos e agroenergias, colocando em risco a segurança e a soberania alimentar (SAUER; LEITE, 2012).

Para compreender o agronegócio, é essencial entender como o desenvolvimento capitalista se dá no campo, ressaltando que esse modelo trouxe sérias consequências para o campesinato, especialmente para a agricultura familiar, resultando no endividamento das famílias devido aos altos juros dos financiamentos agrícolas. A mecanização e a concentração de terras intensificaram o êxodo rural, tornando pequenas unidades agrícolas inviáveis e favorecendo grandes propriedades. A ideia de agronegócio se espalhou globalmente, com uma definição simplificada que mascara sua complexidade e suas dimensões políticas e ideológicas (CINELLI *et al*, 2024).

Esse processo, embora focado em grandes investimentos e crescimento, ignora as realidades e necessidades das mulheres camponesas, que são as mais afetadas pela lógica do agronegócio. As consequências são sentidas de maneira intensa no cotidiano delas, que, além de enfrentarem dificuldades econômicas e sociais, também têm seus direitos e modos de vida ameaçados por um modelo que prioriza o lucro em detrimento da sustentabilidade e da justiça

social. As lutas dessas comunidades, que buscam garantir condições dignas de vida e preservar seus territórios, tornam-se um obstáculo direto ao avanço descontrolado desse modelo.

Por conseguinte, a difusão do agronegócio visava garantir mais investimentos estatais nos complexos agroindustriais, com o apoio da população. No entanto, as pautas do agronegócio não se limitavam a promover o aumento de investimentos, mas também a se opor às lutas dos movimentos populares, que denunciavam problemas como a concentração fundiária, trabalho análogo à escravidão e destruição ambiental. Assim, fica evidente o caráter político do agronegócio, que busca avançar sem limitações no país (CINELLI *et al*, 2024).

Desta forma, diversas dinâmicas históricas, geográficas e jurídicas estão entrelaçadas às antigas e contínuas ofensivas de expropriação e violência contra os territórios e a vida das mulheres camponesas, cujas trajetórias são marcadas pela luta incessante pela terra, pelo sustento e pela dignidade. Essas mulheres enfrentam, simultaneamente, a exploração de seu trabalho, a marginalização social e a opressão de um sistema patriarcal que se alia a práticas de colonização e de dominação econômica.

Logo, no âmbito da luta pela vida, pela terra e pelos territórios, emerge uma ofensiva voltada para as mulheres, fundamentada em um processo de recolonização que abrange formas patriarcais, racistas e capitalistas de privação e invasão (VERA; MONFORT; GISLOTI, 2023). Desse modo, ao abordar-se a centralidade das mulheres na defesa da vida, refere-se à reprodução da vida que elas mantêm e realizam por meio de suas ações e trabalho, especialmente diante da precarização e marginalização impostas como política estatal. Esse processo deve ser reconhecido não como uma ação secundária, mas como uma prática fundamental, indispensável tanto sob a perspectiva política quanto existencial (VERA; MONFORT; GISLOTI, 2023).

Assim dizendo, as mulheres desempenham um papel fundamental nas lutas ecológicas, pois são as mais impactadas pela desapropriação e pela degradação ambiental, além de serem responsáveis pela reprodução de suas famílias. Elas são as que cuidam dos enfermos causados pela contaminação do petróleo, pela água tóxica utilizada para cozinhar, lavar e limpar, e pela desnutrição resultante da perda da terra e da destruição da agricultura local. Por esses motivos, as mulheres continuam a estar na linha de frente contra as corporações transnacionais de mineração e agronegócio, que invadem as áreas rurais e poluem o meio ambiente (FEDERICI; VALIO, 2020).

Diante da degradação ambiental causada pela exploração do Estado e do capital, as mulheres continuam a lutar pela vida, enfrentando a insegurança alimentar e nutricional imposta pelo modelo predatório de monoculturas do agronegócio que invadem seus territórios. Seus movimentos, fortalecidos por ações coletivas em conselhos coletivos e associações, desempenham um papel crucial na resistência contra a violência que afeta seus corpos, territórios e modos de vida.

No âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é por meio do feminismo camponês popular que se constroem os pilares de uma sociedade anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Para as mulheres organizadas nesse movimento, a agroecologia representa não apenas um modo de vida, mas também uma ciência, um conhecimento e um projeto de sociedade tanto para o campo quanto para a cidade (CINELLI et al, 2024).

Nesse contexto de resistência, as mulheres dão significado às suas existências e trilham caminhos de transformação. Por meio de suas práticas cotidianas, elas demonstram que existem e resistem a outras formas de viver a agricultura, respeitando a diversidade de formas de vida e o meio ambiente, e construindo relações de equidade entre todos os seres (CINELLI et al, 2024).

Portanto, o campo brasileiro, ao longo da história, foi cenário de disputas territoriais não apenas devido às resistências à expropriação e exploração, mas também pelas ações e demandas populares por acesso à terra. Embora para alguns a terra seja vista como uma oportunidade de negócios, ela não pode ser reduzida a um simples ativo ou meio de produção (SAUER; LEITE, 2012). Ao compreender as disputas territoriais no campo brasileiro, é possível perceber que o acesso à terra vai além de um simples interesse econômico. No contexto do feminismo camponês popular, as mulheres não apenas resistem à expropriação, mas também propõem uma visão transformadora e inclusiva da agricultura, baseada na agroecologia.

As mulheres camponesas constroem, por meio de suas práticas diárias, alternativas ao modelo capitalista e patriarcal que domina o campo, demonstrando que é possível viver de maneira mais justa e equilibrada com a natureza e as demais formas de vida. Nesse processo, as mulheres são protagonistas de uma luta por uma sociedade mais igualitária, onde a terra é vista como um bem comum e um direito de todos, não apenas como uma mercadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender os obstáculos enfrentados pelas mulheres camponesas, com foco no feminismo camponês popular e no papel essencial das mulheres nas práticas agroecológicas. A análise das obras de teóricas feministas como Silvia Federici, Heleieth Saffioti, Angela Davis e Lélia Gonzalez trouxe uma visão crítica das relações de gênero, raça e classe, e como esses fatores se entrelaçam nas dinâmicas sociais e econômicas que afetam as mulheres do campo.

O feminismo camponês popular se configura como uma luta que transcende a busca por igualdade de gênero, englobando questões estruturais fundamentais, como a luta anticapitalista e o combate ao racismo e às múltiplas formas de desigualdades sociais. As mulheres camponesas, muitas vezes invisibilizadas, enfrentam, no mínimo, uma dupla opressão: por serem mulheres e por serem camponesas. Essa opressão não se limita à esfera doméstica, mas se estende à sua participação na produção agrícola e à gestão dos recursos naturais, áreas nas quais desempenham papéis essenciais, mas que são sistematicamente subvalorizadas.

A contribuição das mulheres camponesas na agroecologia é fundamental para a construção de um sistema agrícola sustentável, que não apenas desafie as lógicas do agronegócio, como também promova uma soberania alimentar baseada na autonomia local e no respeito ao meio ambiente. As práticas agroecológicas, defendidas e implementadas pelas mulheres camponesas, são um reflexo nítido de seu profundo vínculo e comprometimento com a terra e com a preservação das culturas e modos de vida rurais.

No entanto, a invisibilidade do trabalho feminino no campo, especialmente o realizado de forma não remunerada, evidencia a necessidade urgente de uma reestruturação sistemática, que reconheça e valorize o trabalho feminino e rural.

Em resposta à pergunta-problema proposta, o trabalho se debruçou sobre a relação entre gênero, classe, raça e território, reafirmando que a luta das mulheres camponesas não é isolada, mas parte de uma estratégia mais ampla de transformação social. O território, mais do que um espaço geográfico, é um símbolo de resistência, de preservação da cultura e de autonomia. A luta pela terra e pelos direitos das mulheres camponesas está intrinsecamente ligada à construção de um futuro mais justo, em que as mulheres possam não apenas garantir a sobrevivência de suas famílias, mas também decidir sobre suas vidas e territórios.

Portanto, as reflexões inicialmente apresentadas neste estudo evidenciam a urgência da emancipação de mulheres, respeitando suas autonomias, em um cenário em que se consiga

promover as justiça social e ambiental. O feminismo camponês popular, ao articular as lutas de gênero e de classe, é um movimento essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável, que reconheça o trabalho das mulheres no campo e as valorize como protagonistas na construção de uma novo modelo de sociedade.

Sob essa perspectiva, o agronegócio reflete a expansão do sistema capitalista no campo, dominando os sistemas alimentares globalmente e gerando prejuízos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Esse modelo é reforçado pela manutenção do status quo e, dentre outros fenômenos, pela perpetuação do patriarcalismo. Por isso, é fundamental pesquisar sobre o objeto de estudo, vez que este faz denúncias às múltiplas injustiças e busca promover alternativas que se oponham aos interesses do agronegócio.

Em suma, as disputas territoriais no campo brasileiro revelam um contexto complexo, em que o acesso à terra transcende um simples interesse econômico e se entrelaça com a luta por justiça social, ambiental e de gênero. As mulheres camponesas, com seu papel central na resistência e na construção de alternativas ao modelo hegemônico do agronegócio, desempenham uma função vital na preservação dos territórios e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Por intermédio do feminismo camponês popular, elas não apenas enfrentam a expropriação e a exploração, mas também propõem uma visão de sociedade mais justa, anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Ao defenderem a terra como um bem comum e um direito de todos e todas, as mulheres camponesas reafirmam seu protagonismo na luta por um futuro mais equitativo, em que a natureza e todas as formas de vida sejam respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

BASSANESI, Danieli. Mulheres camponesas e sementes crioulas: o papel das práticas agroecológicas na tomada de consciência. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Fronteira Sul. 2022.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; CARVALHO, Giovana Nobre. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Artemis**, v. 29, n. 1, p. 157, 2020.

CINELLI, Catiane; GADELHA, Renata; RAUBER, Ana Claudia; TABORDA, Noeli Welter; JAHN, Elisiane de Fátima; DOS SANTOS, Sirley Ferreira. Agronegócio: uma reflexão a partir das mulheres camponesas organizadas, p. 45-70. In PAIM, Elisangela S.; FURTADO, Fabrina P. (org.). **Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas**. Fundação Rosa Luxemburgo e Editora Funilaria, 2024.

DAVIS, ANGELA. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA SILVA, Sandra Procópio; DA COSTA MATOS, Jatene. As mulheres camponesas e a produção invisível da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ª Ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Florianópolis, **Revista Estudos Feministas**, v.28, n.2, p. 1-11, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Ciências sociais hoje, Brasília: **Anpocs**, n. 2, pp. 223-44, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Piracicaba, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, RESR, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul/set. 2012.

VERA, Beatriz; MONFORT, Gislaine; GISLOTI, Laura. **Processos de resistência das mulheres Guarani e Kaiowá pela reprodução da vida diante da violência sistemática do Estado e do agronegócio: contra e para além dos cercos do patriarcado-colonial-capitalista**. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 03, 2023. DOI: 10.48075/geoq.v16i03.32557. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/32557>. Acesso em: 14 fev. 2025.